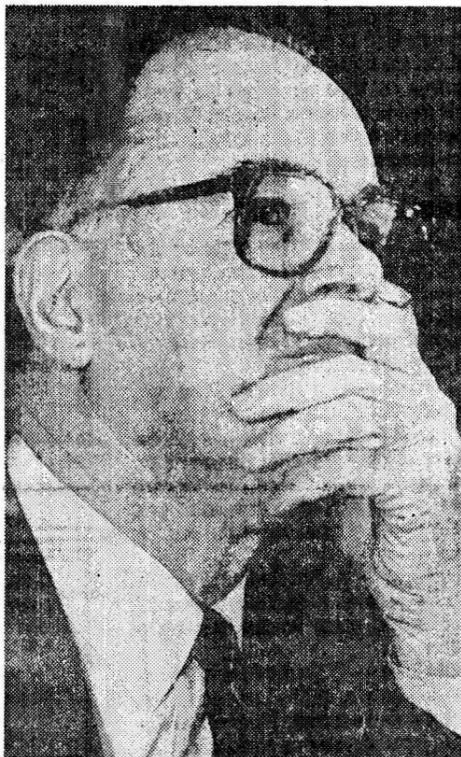


Credor ^{Dívida Externa} espera definição do Brasil para dar crédito

Arquivo — 3/10/86

Roberto Garcia
Correspondente



Conable acha a cooperação possível

Washington — O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, disse ontem que a comunidade financeira internacional está esperando um plano econômico do governo Sarney para decidir como responderá aos pedidos de financiamento externo do Brasil. Num discurso na conferência anual de banqueiros do Eximbank, Conable disse que depois de uma longa reunião com o ministro da Fazenda e com o presidente do Banco Central do Brasil na manhã de sábado passado, ainda não sabe que medidas o governo Sarney está disposto a tomar para ajustar a economia do País às novas circunstâncias.

Para que a comunidade financeira responda positivamente aos pedidos de novos créditos será necessária a apresentação de um bom programa econômico a médio prazo e que o governo esteja disposto a se comprometer com sua execução, afirmou Conable. "Por enquanto eles estão improvisando e isso não constitui garantia suficiente para os credores", afirmou o presidente do Banco Mundial ao JORNAL DO BRASIL.

Conable acrescentou que "a maior parte dos credores potenciais do Brasil está disposta a cooperar desde que o governo tenha uma política econômica coerente". Perguntado quais elementos seriam indispensáveis a uma política desse tipo, o presidente do Banco Mundial disse que "Funaro sabe muito bem o que fazer. Conversamos longamente a respeito disso na semana passada. As medidas que ele delineou seriam satisfatórias, desde que sejam anunciadas e aplicadas. Mas as decisões agora dependem mais dele do que de nós".

O banco mundial é um organismo internacional de financiamento com 152 países-membros do qual o Brasil é membro fundador. Desde que os bancos privados restringiram seus empréstimos ao país em fins de 1982, o Banco Mundial tem sido o maior financiador externo dos grandes projetos brasileiros. Assesores de Conable informaram que se o governo Sarney atuar rapidamente na definição de sua política, o Banco Mundial poderá autorizar de 500 milhões até 3 bilhões de dólares em empréstimos para o país em 1987. Parte desses recursos poderia ser usada para tornar menos penoso o ajustamento econômico que a comunidade financeira está recomendando para o país. Eles recomendam rapidez nas decisões por parte do governo brasileiro porque o exercício financeiro da instituição termina em 30 de junho. Até lá os projetos do país precisariam ser apresentados, estudados e submetidos à diretoria, o que sempre requer muitas semanas de preparação.

Sempre que a situação brasileira era mencionada pelos participantes da conferência no Hotel Capital Hilton, a necessidade de clareza na direção que o governo Sarney deseja imprimir à economia era ressaltada. John Bohn, o presidente do Eximbank, acrescentou que, "além de um programa econômico que faça sentido, queremos também garantias de que ele será executado de forma prudente. Atualmente o governo brasileiro está sofrendo de falta de credibilidade junto aos bancos estrangeiros".

Bohn reconheceu "os grandes esforços de reajustamento econômico feitos pelo Brasil nos últimos anos" e afirmou que "estamos todos ansiosos por ajudar". Resalvou, contudo, que "não queremos jogar dinheiro num poço, sem certeza de como ele será usado ou de que os projetos que financiamos vão gerar recursos suficientes para assegurar o reembolso num prazo razoável". Em outro trecho de sua entrevista o presidente do Eximbank disse que "achamos que o problema atual do Brasil não seria resolvido com uma injeção de dinheiro pelos credores externos. A solução está numa injeção de disciplina interna".

Tendo em vista a falta de uma política econômica convincente, John Bohn disse

que "os empréstimos para o Brasil estão suspensos e assim desconfio que vão ficar, pelos próximos meses".

Depois de concluir consultas com autoridades financeiras americanas no fim da semana, o ministro Dílson Funaro manifestara otimismo de uma breve reabertura das portas de organismos governamentais de financiamento com o Eximbank. O presidente dessa instituição, contudo, deixou claro que não compartilha desse otimismo: "Não vamos tomar nenhuma atitude antes de ver para que lado o Brasil vai. Além disso, queremos receber os pagamentos que o Brasil prometeu fazer", disse ele.

Em seu discurso, o presidente do Banco Mundial disse que as dificuldades enfrentadas por alguns governos não devem servir como desculpa para que a comunidade financeira internacional deixe de apoiá-los porque os países devedores são obrigados a fazer ajustamentos difíceis em circunstâncias desfavoráveis. Conable lembrou que as taxas de juros que incidem sobre a dívida ainda são historicamente muito altas, que a recessão ou o lento crescimento nos países industrializados diminui as possibilidades de recuperação dos países em desenvolvimento e que os preços das principais matérias-primas da região continuam deprimidos. "Os bancos também deixaram de emprestar voluntariamente para os países latino-americanos e, como se não bastasse isso, de 1976 a 1986 as nações ao Sul dos Estados Unidos sofreram uma fuga de capital de mais de 100 bilhões de dólares". Só as transferências líquidas de capital representadas pelos pagamentos da dívida têm representado mais de 4% do Produto Interno Bruto da América Latina, disse ele, afirmando que "isso é o dobro do que a Alemanha pagou depois da Primeira Guerra Mundial em reparações aos países vitoriosos".

Essas transferências maciças de capital para o exterior têm forçado os países latino-americanos a reduzir importações de produtos essenciais para sua economia. De 90 bilhões de dólares em 1981, essas importações caíram para menos de 60 bilhões de dólares no ano passado, disse Barber Conable. Ele lembrou que as nações do continente precisam voltar a importar maquinaria a fim de aumentar sua produção e poder, assim, aumentar suas exportações. Para que isso aconteça, o presidente do Banco Mundial disse que tanto os bancos comerciais quanto os organismos governamentais de financiamento precisam voltar a emprestar para países como o Brasil. "Isso é condição para que a América Latina volte a crescer. Se essas nações voltarem a taxas dinâmicas de crescimento todos nós ganhamos. Desta vez ninguém pode ficar de lado, todos temos que participar. Estamos nesse barco juntos", concluiu ele.